

**DIOGO ALEXANDRE RESTANI**

*Graduação em Direito pela Universidade Paulista (2001) e pós-graduação pela Escola Paulista da Magistratura (2006), especialista em Direito Penal. Autor do livro "Prescrição Penal: Imprescindibilidade e Utilidade (leitura prática, doutrinária e jurisprudencial)", da Editora Garcia Edizioni, 2014, e de artigos e teses jurídicas. Atualmente é Professor da Escola Judicial dos Servidores - EJUS e Assistente Jurídico de 2ª Instância, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – Seção de Direito Criminal.*

# JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

- > **LEITURA TEÓRICA, OBJETIVA E  
JURISPRUDENCIALMENTE ATUALIZADA**
- > **ATOS PROCESSUAIS E CONTAGEM DOS PRAZOS  
DE ACORDO COM A LEI Nº 13.728/2018**



**JHMIZUNO**  
EDITORA DISTRIBUIDORA

**15**  
Anos  
Desde 2003

# Juizados Especiais Criminais: leitura teórica, objetiva e jurisprudencialmente atualizada

© Diogo Alexandre Restani

J. H. MIZUNO 2019

Revisão: José Silva Sobrinho

115264L

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)</b> <b>(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
R436j	Restani, Diogo Alexandre. Juizados especiais criminais: leitura teórica, objetiva e jurisprudencialmente atualizada / Abel Ferreira Lopes Filho. – Leme (SP): JH Mizuno, 2019. 188 p. : 16 x 23 cm  Inclui bibliografia ISBN 978-85-7789-443-7  1. Brasil. [Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995]. 2. Brasil. [Lei n. 13.728, de 31 de outubro de 2018]. 3. Juizados especiais criminais – Brasil. I. Título.  CDD 345.8107
<b>Elaborado por Mauricio Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

JH MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: [www.editorajhmizuno.com.br](http://www.editorajhmizuno.com.br)

e-mail: [atendimento@editorajhmizuno.com.br](mailto:atendimento@editorajhmizuno.com.br)

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

# Sumário

---

<b>PLANO DE TRABALHO .....</b>	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>21</b>
1. Previsão legal e constitucionalidade .....	23
2. Princípios aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais.....	24
2.1. Princípios legais explícitos .....	24
2.1.1. Oralidade.....	24
2.1.2. Simplicidade.....	25
2.1.3. Informalidade .....	25
2.1.4. Economia processual.....	25
2.1.5. Celeridade.....	26
2.1.6. Reparação dos danos.....	26
2.1.7. Pena não privativa de liberdade.....	27
3. Princípios aplicáveis aos Juizados Especiais Criminais.....	27
3.1. Princípios legais implícitos .....	27
3.1.1. Obrigatoriedade mitigada.....	27
3.1.2. Autonomia da vontade .....	27
4. Infrações de menor potencial ofensivo (conceito).....	28
4.1. Contravenções penais.....	28
4.2. Crimes com pena máxima não superior a dois anos .....	29
4.3. Crimes tentados .....	29
4.4. Causas de diminuição e de aumento .....	29
4.5. Concurso material .....	30
4.6. Concurso formal e continuidade delitiva .....	31
4.7. Desclassificação pelo juiz singular.....	31
4.8. Desclassificação pelo Tribunal do Júri .....	32
4.9. Causas de competência originária dos tribunais.....	33

4.10. Crimes eleitorais e militares .....	33
4.11. Estatuto do idoso (Lei nº 10.741/2003) .....	34
4.12. Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998) .....	34
4.13. Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006) .....	34
4.14. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) .....	36
5. Sujeitos processuais .....	38
5.1. Juiz .....	38
5.2. Ministério Público .....	39
5.3. Autor do fato e defensor .....	39
5.4. Vítima .....	40
6. Procedimento .....	40
6.1. Termo circunstanciado .....	40
6.2. Conexão e continência .....	41
6.3. Audiência preliminar .....	41
6.4. Composição civil dos danos .....	42
6.5. Representação .....	42
6.6. Representação (decadência, renúncia e prazo) .....	43
6.7. Arquivamento .....	44
6.8. Declinação da competência .....	44
7. Transação penal .....	45
7.1. Requisitos .....	46
7.2. Proposta .....	46
7.3. Homologação .....	48
7.4. Natureza jurídica .....	48
7.5. Efeitos .....	49
7.6. Recorribilidade .....	49
7.7. Descumprimento .....	50
8. Ação penal .....	50
8.1. Procedimento sumaríssimo .....	50
8.2. Competência .....	51
8.3. Atos processuais e contagem dos prazos (Lei nº 13.728/2018) .....	51
8.4. Denúncia (ou queixa) .....	52
8.5. Citação e intimação .....	53
8.6. Suspensão condicional do processo .....	54
8.6.1. Previsão legal .....	55

8.6.2. Desclassificação ou procedência parcial .....	55
8.6.3. Requisitos .....	55
8.6.4. Período de prova.....	57
8.6.5. Condições .....	58
8.6.6. Descumprimento (revogação obrigatória).....	59
8.6.7. Descumprimento (revogação facultativa).....	59
8.7. Extinção da punibilidade .....	60
9. Resposta à denúncia ou queixa .....	61
10. Nova tentativa de conciliação .....	61
11. Audiência de instrução, debates e julgamento .....	62
12. Sentença .....	62
13. Embargos de declaração.....	63
14. Execução das penas .....	63
15. Despesas processuais .....	65
16. Sistema recursal.....	66
16.1. Recursos e Ações de impugnação.....	66
16.2. Competência recursal .....	67
16.3. Apelação.....	68
16.4. Embargos de declaração .....	69
16.5. Embargos infringentes e de nulidade.....	70
16.6. Recurso em sentido estrito.....	70
16.7. Carta testemunhável .....	71
16.8. Recurso Especial .....	71
16.9. Recurso Extraordinário.....	71
16.10. Reclamação .....	72
16.11. Habeas corpus .....	74
16.12. Mandado de segurança.....	75
16.13. Revisão criminal .....	76

## ANEXOS LEGISLATIVOS

Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. ....	79
Lei Complementar de São Paulo nº 851, de 09 de dezembro de 1998. ....	103
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.....	113
Lei nº 10.455, de 13 de maio de 2002.....	120

Lei nº 13.313, de 28 de junho de 2006.....	121
Lei de São Paulo nº 15.804, de 22 de abril de 2015.....	122
Lei nº 13.603, de 09 de janeiro de 2018.....	123
Lei nº 13.728, de 31 de outubro de 2018.....	124
Provimento CSM/TJSP nº 2.358/2016.....	125
Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo .....	141

## **ANEXOS JURISPRUDENCIAIS**

Superior Tribunal de Justiça .....	167
Supremo Tribunal Federal .....	167
Enunciados do Fórum Nacional de Juizados Especiais .....	168

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	181
--------------------------	-----

<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO</b> .....	183
--	-----